POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: EM DEFESA DO PROJETO DEMOCRÁTICO-CONSTITUCIONAL-EMANCIPATÓRIO DE FORMAÇÃO DOCENTE

MELO, Geovana Ferreira – UFU-Brasil

geovana.melo@gmail.com

Apoio: FAPEMIG

VASCONCELOS, Antônio Gomes – UFMG-Brasil

angovas@gmail.com

1- Introdução ao Problema

O presente trabalho tem como objetivo identificar e discutir os principais retrocessos nas atuais políticas educacionais no Brasil que se contrapõem ao projeto democrático-constitucional-emancipatório de formação docente. Considerando a educação como direito fundamental e como uma função estratégica no Estado Democrático de Direito (EDD), a política constitucional de estado no Brasil estabelece que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania, além da qualificação para o trabalho. Para tanto, o acesso e permanência na escola, a liberdade acadêmica, o pluralismo de ideias e concepção pedagógicas, a qualidade do ensino e a gestão democrática são elementos fundamentais dos sistemas de ensino e devem ser assegurados. Considera-se que as atuais políticas de formação de professores ora em curso, contradizem os fundamentos da educação inscritos na Constituição da República, especialmente porque refletem concepções comprometidas com o ideário neoliberal e com a consequente submissão da educação exclusivamente aos interesses do “mercado” e da exploração econômica do sistema educacional. Assim, a ciência econômica vem sendo instrumentalizada em amparo à implementação de políticas alinhadas com essa ideologia, o que impõe o desvelamento das crenças, dos “valores” e dos pressupostos epistemológicos que orientam as escolhas com que ela cumpre o seu papel de dar respaldo a medidas e reformas inspiradas na ideologia neoliberal (VASCONCELOS, 2021). Frente ao exposto, questiona-se: quais os principais retrocessos das atuais políticas educacionais? Quais as possibilidades para reconstrução dessas políticas em conformidade com o projeto democrático-constitucional-emancipatório de formação docente? Por meio da pesquisa bibliográfica e documental foi realizado um estudo exploratório com a finalidade de apresentar reflexões sobre as políticas de formação de professores e os desafios a serem enfrentados diante do atual

quadro político, econômico e social e, por fim, argumentos e proposições para o fortalecimento de uma educação crítico-emancipatória.

2- Políticas de formação docente no Brasil: desafios contemporâneos

O exame das atuais políticas educacionais, majoritariamente após o estratagema político, midiático e parlamentar, que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, evidencia que o ideário neoliberal tem sido o esteio dos principais normativos legais da educação no Brasil. Assim, em suas variadas facetas, tem-se o neoliberalismo econômico, acadêmico-cultural que, atrelado ao neotecnicismo como estratégia que mantém o capitalismo, degrada a sociedade e, como consequência, contribui para a desumanização. Diante das investidas do atual governo para consolidar um modelo educacional conservador, pautado na padronização de currículos, os processos formativos têm sido completamente desvinculados da perspectiva de uma educação para a Democracia. Ou seja, há um movimento contrário aos fundamentos e objetivos do Estado Democrático de Direito brasileiro e, por conseguinte, aos direitos fundamentais, em que os interesses privados minoritários tornam-se cada vez mais hegemônicos em detrimento do interesse público e da sociedade brasileira.

A produção acadêmica na área da educação, mormente a que se refere a formação de professores no Brasil, realça aspectos preocupantes e desafiadores, conforme destacam Hobold e Farias (2021) em que expressões como: padronização curricular, regulação, recentralização e, sobretudo ruptura com práticas democráticas “simbolizam a disputa em torno do projeto educacional, e, por conseguinte, da formação de um dos principais sujeitos nesse processo – os professores e professoras (HOBOLD; FARIAS, 2021, p. 1). A correlação de forças presentes nas atuais políticas educacionais, dentre elas se destaca a BNC para a Formação dos Professores da Educação Básica, que resultou na aprovação, pelo CNE, da Res. CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019 reafirma a educação como campo de disputas. A referida resolução foi seguida do parecer CNE/CP Nº 14/2020, que instituiu as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, BNC para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (*BNC-Formação*), BNC para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (*BNC-Formação Continuada*). Esses normativos legais foram elaborados em completa subordinação à BNCC (BRASIL, 2017) e estão inseridos no conjunto de ações denominados de “contrarreforma da educação básica” (AGUIAR, 2018). Esse conjunto de normativos legais se configura em uma completa involução das políticas educacionais de formação

de professores, especialmente, por terem sido elaborados de forma alijada do debate nacional, das discussões democráticas, do movimento de professores e pesquisadores. Vale destacar que a revogação da Resolução CNE/CP n. 02/2015 constituiu-se em um ato arbitrário do CNE, uma vez que o texto das DCNFP foi elaborado coletivamente, a partir de audiências públicas, portanto, com legitimidade do campo educacional progressista. Pela primeira vez, foi promulgada uma política de formação de professores que contemplava um capítulo para a Valorização do Magistério Básico, além de articular a formação inicial à continuada. Na contramão da Res. 02/2015, a atual Resolução CNE/CP n. 2/2019, em seu documento preliminar das novas DCN (02/2019), intitulado: “Texto Referência - Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica”, acentua a retórica reformista de “baixos índices educacionais do país em avaliações, atribuindo esse mal desempenho a uma formação inicial de professores deficitária” (FREITAS; MOLINA, 2020). Contudo, vale ressaltar que a tônica das atuais DCN (Res. 02/2019) é a padronização da formação de professores. Freitas e Molina (2020), asseveram que os fundamentos apresentados para a elaboração das novas DCN (Res. 02/2019) foram ancorados em diagnósticos superficiais e tendenciosos da realidade educacional brasileira. Ademais, grande parte de argumentos para fazer valer esse ideário conservador e neoliberal das DCN foi inspirado em propostas transplantadas de outros países, como a Austrália, para a melhoria da formação de professores: “Na Austrália, um país federalista como o Brasil, os Estados são os principais responsáveis pela política educacional, mas o governo federal tem um papel importante na coordenação dessa política” (BRASIL, 2019, p. 12). Esse conjunto de normativos legais são indubitavelmente alinhados ao modelo gerencialista, tomado como medular na configuração dessas políticas que, de forma coordenada, encaminham e indicam os contornos dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, assim como veiculam um determinado sentido de docência que tem como concepção nuclear o conceito de competência. Nesse sentido, “ao se instituir a noção de competências [...] objetiva-se a constituição de um novo padrão de identidade que é pautado pela adaptação individual às mudanças e incertezas próprias de uma sociedade capitalista” (MELO, 2007, p. 76). Essa perspectiva indica a redução do papel dos professores, no sentido de construção da práxis pedagógica e o conseqüente abalo na autonomia docente. A totalidade das políticas tem como marca a subordinação à BNCC – Base Nacional Comum Curricular, em sintonia com o projeto conservador para a educação brasileira, para atender aos interesses privatistas e mercantilistas da educação.

3- Conclusões

Diante do atual contexto brasileiro, marcado por desafios nas políticas educacionais, dentre os quais se destacam os retrocessos na política de formação de professores, tem-se a consciência de que é preciso pavimentar caminhos para fazer as necessárias rupturas com modelos neoliberais de educação. A análise da literatura acessada aponta para graves consequências das políticas educacionais forjadas nos princípios e estratégias do neoliberalismo, como sistema normativo de (con)formação ou (de)formação de sujeitos e de suas subjetividades que, orientadas por valores subordinados à lógica dos mercados, passam a guiar suas condutas. O direito à educação constitui-se em um dos componentes do princípio maior do Estado Democrático de Direito. É por meio da efetivação de direitos fundamentais como o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura é que se alcança a construção de uma sociedade com mais justiça social, mais inclusiva e equânime. Nesse sentido, a concretização de uma educação de qualidade, como prática social, somente poderá ocorrer por meio de processos coletivos, participativos e democráticos, em que sejam amplamente asseguradas as condições de acesso, permanência e conclusão dos processos formativos. No sentido de apresentar proposições para enfrentamento dos desafios apresentados, indica-se:

- Retomada do Plano Nacional de Educação como plano orientador das políticas educacionais, o que exige a imediata revogação da Emenda Constitucional 95/2016, de modo a viabilizar o financiamento da educação;
- Revogação das políticas de padronização (BNCC, BNC Formação inicial e continuada, Reforma do ensino médio);
- Elaboração de políticas que expressem o debate democrático no âmbito da formação inicial e continuada de professores;
- Fortalecimento dos processos formativos de professores, aliados à melhoria das condições de trabalho, de profissionalização do magistério básico e superior e de valorização profissional, o que indica a necessária remuneração digna e planos de carreira, de modo a tornar o magistério básico uma carreira atrativa.

O Projeto Constitucional da Educação brasileira deverá concretizar estratégias fundamentais para reconstruir as políticas educacionais, em especial as políticas de formação de professores inicial e continuada, além da valorização do magistério básico. O realinhamento dessas políticas no caminho viabilizador de uma educação pública, democrática, laica, gratuita, de qualidade social e de financiamento estatal, por meio de políticas públicas de estado conduzirá a educação para realização de seus fins constitucionais, por meio dos princípios e valores de nossa Constituição Federal.

Referências

AGUIAR, M. A. da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luís Fernandes. (Orgs). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 02/2019, que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica* (BNC-Formação). Brasília, 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CP no 2, de 1o de julho de 2015. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2015b. Seção 1, p. 8-12.

FREITAS, S.; MOLINA A. A. Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP N. 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. *Pedagogia em Foco*, Iturama (MG), v. 15, n. 13, p. 62-81, jan./jun. 2020.

HOBOLD, M. de S.; FARIAS, I. M. S. Apresentação do dossiê temático Formação de Professores: projetos em disputa. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 1-8, 2021.

MELO, G. F. *Tornar-se Professor: a formação desenvolvida nos cursos de Física, Matemática e Química da Universidade Federal de Uberlândia 2007*. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

VASCONCELOS, A. G. Direito, Economia e Dívida Pública: uma escolha necessária entre a “economia social de mercado” e a “economia neoliberal”, in FATTORELLI, M. Lúcia; CHIMURIS, Ramiro. *Sistema da Dívida em Tempos de Financeirização e a importância da Auditoria para interromper a barbárie*. Brasília: ACD/RICDP, p. 79-89, 2021.